

# Sumário

<b>Lista de Gráficos</b> .....	XIII
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas</b> .....	XV
<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	17
<b>Capítulo 1: Pressuposições Históricas Antecedentes à Lei que Regem o Sistema de Financiamento dos Partidos Políticos</b> .....	27
1.1. Atribuição de tarefas e a responsabilidade pelo financiamento dos partidos políticos.....	27
1.2. Uma abordagem realista do financiamento da política, a síntese do problema.....	30
1.3. A primeira grande reforma do sistema de financiamento da política nacional (1993-1997) .....	31
1.4. A reforma de 2015, balanço e perspectivas .....	38
1.5. Fecho.....	39
<b>Capítulo 2: O Debate Teórico: O Constitucionalismo e Democracia Partidária</b> .....	45
2.1. A Constituição como ordem de valores e a supremacia das normas constitucionais .....	45
2.2. Justificação pela teoria da democracia partidária.....	50
2.3. Críticas de Robert Dahl .....	54
2.4. Críticas de Pierre Rosanvallon .....	57
2.5. Críticas de Gilmar Mendes (O Princípio da Igualdade das Chances) .....	60

2.6. Fecho .....	65
------------------	----

<b>Capítulo 3: O Alicerce Jurídico do Sistema de Financiamento da Política Nacional e os Dilemas que Fomentam o Debate</b> .....	67
3.1. O financiamento das organizações partidárias no Brasil (1998-2016) .....	67
3.1.1. As ADIs 1.351-3 e 1.354-8.....	70
3.1.2. As doações privadas e a ADI 4650.....	74
3.1.3. A Audiência Pública sobre a ADI 4.650 (Os argumentos contra e os a favor) .....	75
3.1.4. O Julgamento da ADI N° 4650 .....	76
3.1.5. A Lei n.13.487/2017 e a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) .....	79
3.2. As duas principais fontes de receitas: Os recursos públicos (Fundo Partidário) e as doações privadas .....	82
3.3. Análise do Fundo Partidário: o volume do financiamento público e a distribuição dos recursos entre os partidos.....	86
3.3.1. O Fundo Partidário.....	86
3.3.2. A Emenda Constitucional N° 97/2017 .....	90
3.3.3. A Cláusula de Barreira imposta pela EC 97/2017 .....	91
3.3.4. A Produção dos Efeitos Jurídicos da EC.97/2017.....	92
3.4. Análise das doações empresariais: volume do financiamento e a distribuição dos recursos entre os partidos.....	94
3.4.1. A oscilação das doações entre anos eleitorais e anos sem eleições: .....	94
3.4.2. Distribuição dos recursos entre os partidos.....	95
3.4.3. Distribuição dos recursos de pessoas jurídicas por seção da CNAE - todos os cargos entre as eleições de 2002 e 2014.....	101

3.4.4. As contribuições de campanha e o resultado das eleições .....	103
3.5. Fecho .....	104
<b>Capítulo 4: A Experiência Italiana na Democracia</b>	
<b>Partidária e as Suas Formas de Financiamento .....</b>	<b>111</b>
4.1. A polêmica antipartitocrática no país no período do pós-guerra e o debate na Assembleia Constituinte sobre a norma do artigo 49 da Constituição italiana (críticas de Calamandrei).....	111
4.1.1 A reeleitura do artigo 49 da constituição italiana .....	113
4.2. O Financiamento da atividade política organizada .....	116
4.2.1. A Evolução Normativa do Financiamento dos Partidos Políticos.....	116
4.2.2. Resumo da evolução normativa sobre o financiamento dos partidos políticos .....	120
4.3. Financiamento dos partidos políticos contemporâneos na Itália. Qual a perspectiva da análise? .....	121
4.3.1. O partido “militante”: La Lega .....	122
4.3.1.1. Financiamento .....	125
4.3.2. O “partito contenitore”: Il Partito Democratico.....	125
4.3.2.1. Financiamento .....	127
4.3.3. O partido do líder fundador: Forza Italia.....	128
4.3.3.1. Financiamento.....	131
4.3.4. O partido Matryoshka: Il Movimento 5 Stelle.....	132
4.3.4.1. Financiamento.....	134
4.4. Fecho .....	135
<b>Conclusão .....</b>	<b>141</b>
<b>Referências .....</b>	<b>151</b>